

Comissão Eventual sobre o Desmantelamento e Realojamento do Bairro do 2º Torrão

ATA Nº 09/XIII-3º/2022-23

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18 horas, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, sitas no Chalé Ribeiro Telles, no Largo 5 de Outubro nº 34 na Cova da Piedade realizou-se a nona reunião da comissão eventual sobre o desmantelamento e alojamentos no Bairro do 2º Torrão.

- Estiveram presentes os deputados Municipais: António Salgueiro (presidente da comissão) José António Rocha (secretário da comissão), João Geraldês, António Pedro Maco, Nuno Mendes e Margarida Lourenço

- Em representação dos SMAS estiveram presentes o Vereador José Pedro Ribeiro, (presidente da administração do SMAS), Polyana Soares (Diretora Delegada) e Dulce Almeida (Diretora do Departamento de Projetos e Obras).

- Abertura da reunião pelo presidente da comissão António Salgueiro, agradecendo a presença do vereador José Pedro Ribeiro e colaboradores, explicando o objetivo da reunião e pedindo ao vereador que iniciasse a sua primeira intervenção, com um intróito sobre a forma como decorreu no seu ponto de vista, o processo de desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão.

O vereador José Pedro Ribeiro, deu início à sua participação na reunião com um breve histórico sobre a vala, - foi construída na década de sessenta, com a dupla função de drenagens de águas vindas do rio e águas pluviais, continua dizendo que as preocupações em relação à vala remontam ao ano dois mil em foram detetadas algumas anomalias que originaram pequenas intervenções, concretizadas em 2003 nomeadamente para remoção de segmentos que impedia o normal escoamento da vala.

As condições da vala foram-se deteriorando ao longo dos anos, comprometendo o escoamento das águas pluviais. Em 2019 é feita nova intervenção para remoção de inertes para a sua desobstrução. Foi enviado comunicado com toda a informação à APL, que não teve qualquer resposta. Em 2022, após nova vistoria, foi elaborado relatório que confirmava a obstrução de parte da vala e uma vez mais foram providenciados trabalhos de limpeza e desobstrução, posteriormente, ainda em 2022, novo relatório elaborado pela proteção civil, alerta para o perigo de aluimento e o conseqüente risco para os moradores que tinham as suas casas em cima ou muito perto da vala.

- António Maco inicia a sua participação no debate, dizendo que esta tem sido uma matéria muito discutida, mas longe de estar encerrada, relembra a reunião em sede de comissão com a presidente Inês de Medeiros e com a vereadora Francisca Parreira e as declarações prestadas à data, contraditórias com as declarações do antigo vereador dos SMAS, Miguel Salvado, também em sede de comissão, que em nada favorece a atuação da CMA neste processo. Disse o Antigo Vereador, que a administração da CMA estava devidamente informada do estado de perigo eminente e da necessidade de intervenção na vala, que contraria desde logo, a afirmação da Presidente Inês de Medeiros, de que o relatório de monitorização elaborado não justificava uma intervenção mais arrojada na vala. Continua afirmando que as responsabilidades têm que ser apuradas.

- O deputado Nuno Mendes questiona sobre o facto de existirem relatórios de monitorização em 2014 e 2019, porque é que não foi feito o acompanhamento exigido? mais concretamente sobre o de 2019, porque é que não se fez a intervenção adequada? Foram feitos estudos? Desde a elaboração do relatório de 2020 o que é que foi feito? relativamente ao relatório da proteção civil, os SMAS acompanharam devidamente, tendo em conta as preocupações relatadas?

- O deputado João Geraldes inicia a sua intervenção dizendo que não se opôs ao pedido de reunião com o presidente da administração do SMAS, mas considera que não é a parte mais importante. O relatório de 2022 elaborado pela proteção civil, esse sim é de fundamental importância, pois seria esse que desencadearia o processo, salientando ainda as contradições dos relatórios de 2019 e 2022.

- José Pedro Ribeiro: a deterioração do estado da vala foi-se agravando ao longo do tempo e os alertas foram enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APL, a APA e a CMA. Os problemas e as preocupações relativamente ao estado da vala remontam a alguns anos atrás, refere que os perigos para o edificado em cima da vala foram relatados, foram alertados para o perigo eminente de derrocada, que poderia resultar em tragédia para aqueles moradores. Foi feito acompanhamento da situação ao longo do tempo pelos SMAS, e foram elaborados relatórios sobre a necessidade de intervenção para remoção de detritos e descargas de esgotos ilícitas, acrescenta que o facto de serem realizadas monitorizações de acompanhamento da situação, não implica necessariamente a elaboração de relatórios, o alerta foi sendo feito, salienta a especificidade relativamente ao terreno, é preciso ter em conta que é um terreno privado, fala sobre a existência de um projeto de realojamento, mas a verdade é que a situação se degradou ao ponto de ser necessário acionar mecanismos para realojamento de emergência. A APA alega

dificuldades de definição de jurisdição do terreno, é necessária autorização prévia da APA, é necessária a definição jurídica sobre a quem compete as intervenções, é de facto uma situação muito complexa, até pela proximidade da estação elevatória.

- António Pedro Maco diz-se chocado com toda a situação, se existiam relatórios, questiona como é que foram feitas as monitorizações, enquanto deputados municipais a quem compete fiscalizar o trabalho feito pela câmara, continua a afirmar que têm que ser assacadas responsabilidades, se existe troca de emails, tudo deve ser devidamente esclarecido, se existem requerimentos aos quais nunca foi dada resposta, então alguém está a mentir Miguel Salvado? A CMA?

- O deputado José Rocha intervém para dizer que este tem sido de facto um tema largamente debatido, quer em assembleias municipais, quer em sessões de câmara, mas as respostas às questões colocadas de forma reiterada pelo Bloco de Esquerda nunca foram dadas respostas suficientemente esclarecedoras, se existiam relatórios, se foram lançados alertas para o perigo iminente para aqueles moradores, quando o antigo vereador Miguel Salvado afirma que alertou a administração para a necessidade de realojamento dos moradores das habitações em cima da vala, dificilmente se entende porque é que este processo de realojamento não foi feito atempadamente de forma menos traumática para aquelas famílias. As declarações contraditórias que fomos ouvindo ao longo de várias reuniões de comissão com os responsáveis da CMA, dificultam ainda mais a compreensão sobre a forma como este processo de realojamento foi despoletado e conduzido.

- O deputado João Geraldês intervém para dizer que as afirmações feitas nesta reunião pelo vereador José Pedro Ribeiro colidem com as proferidas pela presidente Inês de Medeiros, afinal foi ou não feita a monitorização? têm alguma ideia do perigo que a vala ainda representa?

- O vereador José Pedro Ribeiro diz que o perigo existe sempre nas habitações ilegais, serão sempre situações de risco, reconhece os sinais anteriores de situação de perigo, nomeadamente a sobrecarga de habitações construídas e o desgaste ao longo do tempo, as preocupações começaram desde a primeira intervenção de limpeza, no concreto é à proteção civil que compete determinar o risco, a partir do momento em que esta emite o relatório, a situação é considerada de perigo iminente e a necessidade de realojamento de emergência.

Alerta para o facto dos relatórios de 2019 e 2022 terem originado a intervenção da proteção civil.

- Nuno Mendes questiona se está a ser feito o devido acompanhamento para que não surjam novas construções.

- A deputada Margarida Lourenço salienta a existência de preocupações e alertas e que não são necessários relatórios para perceber os riscos existentes, toda e qualquer intervenção tem que ter uma base técnica e formal, que foi exatamente o que aconteceu com o relatório da proteção civil, concorda que o papel da AM é fiscalizar o que é feito pela CMA, mas considera desnecessário continuar a debater e a comparar o que foi feito por uns e por outros, tem que ser feito um trabalho criterioso, devidamente suportado com pareceres técnicos.

Termina dizendo que é de facto preocupante a forma como todo este processo decorreu, e alerta para a necessidade de resolver os problemas de quem reside neste tipo de bairros,

O presidente da comissão António Salgueiro agradece a participação de todos os presentes, e encerra a reunião acrescentando que, sobre as afirmações proferidas ao longo de várias reuniões, cada um terá a sua interpretação e que em devido tempo tudo ficará esclarecido.